



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 19

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25/09/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 25/09/2012

ATA Nº 19

----- Aos cinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olimpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 11 de setembro de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - Grupo Desportivo Pampilhosense - Reserva de Pavilhão Municipal



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta do Grupo Desportivo Pampilhosense, do seguinte teor: -----

----- " O Grupo Desportivo Pampilhosense, irá esta época criar mais um escalão de futebol. Trata-se de uma equipa de iniciados de futsal. Assim, serve o presente para solicitar a V.Exª que seja reservado o Pavilhão Municipal às terças e quintas de cada semana, entre as 18h00 e as 20h00, para que os atletas possam treinar. -----

----- Solicitamos ainda a reserva para os sábados que jogamos "em casa", entre as 15h00 e as 18h00 e ainda a isenção de taxas pela utilização do referido Pavilhão. Qualquer alteração a treinos e/ou jogos será imediatamente comunicada a V.Exª. Junto se remete mapa resumo com todos os jogos previstos para esta época. Aproveitamos ainda para convidar V.Exª e o restante Executivo a estar presente no jogo de apresentação do plantel, no próximo dia 23 de setembro pelas 17h30."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ceder ao Grupo Desportivo Pampilhosense o Pavilhão Municipal para os fins pretendidos e conceder isenção de taxas para a referida utilização. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.2.2 - Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo - Pedido de apoio

----- Foi presente uma carta da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo, a comunicar que no seguimento da reunião havida com o Sr. Presidente da Câmara, em Brejo de Baixo, na qual foi dado conta, presencialmente, da necessidade de concluir a casa de Convívio de Brejo de Baixo, que inclui também a casa mortuária, vêm por este meio solicitar o apoio possível da Câmara Municipal para as referidas obras, tendo em conta que a coletividade não dispõe de meios financeiros para fazer face à totalidade dos custos, explanados no orçamento em anexo. -----

----- Mais referem que Brejo de Baixo tem ainda muitos residentes fixos, que não dispõem de local adequado para conviver e confraternizar, pelo que urge criar um espaço específico para o efeito. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder um subsídio à Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo, no valor de 30.000,00 €, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

3.1 - GABINETE FLORESTAL

3.1.1 - Prejuízos causados pelos veados

- Queixoso: Arlindo Alberto Antão Fernandes - Carvalho / Pampilhosa da Serra

----- Foi presente a Informação nº 12/2012 do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----

----- " Tendo como base a informação nº 98/12 dos serviços de fiscalização deste Município, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me informar que: -----

----- - A pretensão do queixoso de ser ressarcido do valor do prejuízo/indenização pelos estragos causados pelo Veado/Corso é impossível de calcular, no local não havia qualquer amostra de fruta nas árvores, mesmo nas ramadas mais superiores, fora do alcance do Veado; -----

----- - Mas, efetivamente como se pode visualizar nas fotografias, as árvores de fruta foram danificadas nas suas ramagens, os estragos só podem ter sido causados por animal/animais de grande porte, nomeadamente veados ou cursos. Nesse sentido o município pode autorizar o queixoso e proprietário do terreno, Arlindo Alberto Antão Fernandes, ou um caçador por ele designado, a proceder a espera ao veado, com isenção de pagamento de taxas, por um período de 5 ou mais dias, consecutivos ou não. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - OBRAS PARTICULARES



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.1 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de moradia unifamiliar e construção de anexo, sito na Rua do Bairro Novo, em Casal da Lapa

- Processo nº 22/2012

- Requerente: António Antão Costa Pereira

----- Foi presente uma Informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ Em 02/05/2011, deu entrada nestes Serviços de Obras Particulares, o Processo de Licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos Serviços Técnicos de Obras, em 10/09/2012. Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 191, de 02/05/2012. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a maia é de 15,34 € conforme se descrimina no quadro em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 15,34 €, nos termos do disposto no nº 2 do artº 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.2 - OBRAS PÚBLICAS

4.2.1 - Receção definitiva e devolução de caução e reforço de garantia

- Empreitada: Requalificação do Edifício A Casa Mortuária

- Adjudicatário: JRD, Construção de Edifício, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- “ Em 12/09/2012 foi efetuada vistoria nos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de receção definitiva anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada caução, através da guia de recebimento nº 04/62 de 2007 deste Município, no valor de 1.885,08 € para reforço de garantia foram efetuados descontos no montante total de 1.885,08 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para poder ser homologado o auto de receção definitivo anexo e devolvidos os



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

montantes de 1.885,08 € referentes à caução prestada e aos valores retidos dos pagamentos efetuados. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.2.2 - Revisão de preços definitiva

- Redes Públicas de Distribuição de Água e Drenagem Águas Residuais_Armadouro

- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Em 24/07/2012, a firma adjudicatária procedeu ao envio do cálculo da revisão de preços – revisão definitiva – no montante de 5.791,60 €."* -----

----- *Depois de analisados os valores constantes do citado cálculo, apura-se um valor total de 5.791,60 €, de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado."* -----

----- *A firma adjudicatária utilizou a fórmula, os meses de referência e o cronograma de trabalhos de forma adequada na elaboração do cálculo do valor."* -----

----- *Nestes termos, entende-se que o valor de 5.791,60 €, acrescido de IVA poderá ser pago. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.2.3 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reabilitação do sistema de abastecimento de água e reformulação da rede de esgotos de Pampilhosa da Serra

- Adjudicatário: Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *" Em 04/09/2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe."* -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Conforme consta do auto de vistoria em anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 228/2003-P, emitida em 26/03/2003 pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A., garantindo um capital de 86.849,51 € e para reforço de garantia foi prestada pela garantia bancária nº 125-02-1023893, emitida em 06/07/2006 pelo Millenium BCP, Banco Comercial Português, S.A., garantindo um capital de 26.849,52 €, a garantia bancária nº 1053/2004-P, emitida em 19/10/2004 pelo BPN – Banco Português de negócios, S.A., garantindo um capital de 40.000,00 € e a garantia bancária nº 1121/2003-P, emitida em 10/12/2003 pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A., garantindo um capital de 20.000,00 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - ACÇÃO SOCIAL

5.1.1 - Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ Com vista a complementar a instrução e encerramento dos processos no âmbito do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, vimos por este meio, apresentar dois documentos para integração nos referidos processos, nomeadamente: -----

----- - Contratualização para a inserção; -----

----- - Auto – Declaração – inexistência de contas bancárias. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5.2 - EDUCAÇÃO

5.2.1 - Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
 ----- " No seguimento da apresentação de dois novos processos de pedido de apoio para ação social escolar e um pedido de reavaliação, e após análise dos referidos, venho por este meio apresentar as propostas de apoios: -----

Nº	Nome	Encarregados de educação	Pedido de apoio	Proposta de apoio	Observações
21	Luísa da Silva Marques	Luís Manuel dos Santos Marques Isbel Maria Gonçalves da Silva	Alimentação	Indeferido (manter)	Reavaliação
66	André Filipe Santos Vicente	Júlio dos Santos Vicente Maria Isabel Gomes dos Santos	Transporte	Indeferido	Novo processo
67	Lara Beatriz Augusto Ferreira	Arlindo Manuel Gomes Ferreira Cristina Isabel Barata Augusto	Alimentação	50%	Novo processo

----- À consideração superior."-----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

5.2.2 - Ação Social Escolar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
 ----- “ No seguimento da apresentação de dois novos processos de pedido de apoio para ação social escolar e após análise dos referidos, venho por este meio apresentar as propostas de apoios: --

Nº	Nome	Encarregados de educação	Pedido de apoio	Proposta de apoio	Observações
68	Momo Alibera Tabita Treuwerth	Kirsten Saskia Treuwerth Luis Manuel Ferreira Jorge	Alimentação	Isenção	Novo processo
69	Tatiana Wang	Wang Guoqiang Han Xiaoli	Alimentação	Indeferido	Novo processo

----- À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

5.2.3 - Bolsa de Estudo - Inscrições

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta o apoio que este município tem dado a todos os estudantes do concelho de Pampilhosa da Serra, incluindo os que entram na Universidade pela primeira vez, venho por este meio propor que as inscrições para a bolsa de estudo se realizam entre os dias 1 e 31 de outubro. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5.2.4 - Adenda ao Acordo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular nº 1º CEB - 2012/2013.

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----
-----" Junto se envia, para aprovação, a Adenda ao Acordo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2012/2013, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra e a Cáritas Diocesana de Coimbra.-----

----- Este documento tem como objetivo definir os termos e condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes das AEC. À consideração superior." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da referida Adenda ao Acordo de Colaboração em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

5.2.5 - Atribuição de plafonds por sala de aula do 1º CEB - Ano letivo 2012/2013

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- " Dando continuidade ao apoio municipal concedido anualmente a todas as salas de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada, para material de desgaste e pedagógico, propõe-se que os plafonds a atribuir no ano letivo 2012/2013 se mantenham os mesmos do ano letivo anterior, a saber: -----

----- - 150,00€ por sala de aula, na EB1 de Dornelas do Zêzere; -----

----- - 300,00 € por sala de aula, na EB1 de Pampilhosa da Serra.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

5.2.6 - Proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município e a EPIS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- *“Tendo em conta o trabalho desenvolvido no concelho em 2011/2012 pela Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, no âmbito da educação, através do Programa de Intervenção Cívica, consideram os Serviços de Educação pertinente assegurar a continuidade do trabalho produzido.* -----

----- *Assim, propõe-se a V.Ex^a a celebração de um protocolo de cooperação entre o Município e a EPIS, com vista ao lançamento de uma rede de mediadores profissionais de capacitação para o sucesso escolar no concelho de Pampilhosa da Serra, inserida no projeto global daquela associação, denominado “Rede de mediadores de capacitação para o sucesso escolar no 1º, 2º e 3º ciclo”, cujos termos e condições se anexam em minuta à presente informação, para análise e decisão superior.”* -

----- Face ao exposto e após análise da minuta do referido protocolo de cooperação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os termos e condições, nos quais se consignam os seguintes valores por parte do Município de Pampilhosa da Serra: no 1º ano, ano letivo 2012/2013, o valor de 4.000,00 €; no 2º ano, ano letivo 2013/2014, o valor de 3.500,00 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

OUTROS ASSUNTOS

----- O Sr. Vereador João Alves usou da palavra para fazer a seguinte observação: -----

----- Tem constatado, ao longo do tempo, que aos fins-de-semana os restaurantes da Vila encontram-se encerrados, ou fazem-no à hora do jantar. Esta situação pode causar alguns transtornos a quem visita a Pampilhosa da Serra e, em sua opinião, contrária, de alguma forma, o conceito da oferta de um turismo de qualidade que se pretende implementar no nosso Concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara concordou com a observação feita pelo Sr. Vereador João Alves e referiu que há necessidade de reunir com os empresários dos restaurantes da Vila, por forma a que se chegue a um consenso no sentido de poderem preencher essa lacuna. Reconhece, contudo, que os empresários da restauração sentem algumas dificuldades de sustentabilidade, mas também devem fazer um esforço para tentar inverter essa tendência. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Sr. Presidente informou o restante Executivo, que o Governo aprovou em Conselho de Ministros do dia 20 de setembro, uma resolução que altera o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia, de forma a adequar as opções do plano da zona de recreio de Santa Luzia às evoluções registadas no contexto económico.-----

----- Mais referiu, que na sua primeira versão, o plano permitia a implantação de um parque de campismo na zona de Santa Luzia, o que não faz sentido uma vez que já existe um ali próximo, em Janeiro de Baixo e que, em sua opinião, deverá apostar-se na construção de bungalows.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, eram dezoito horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Paulo Porteiro, que a subscrevi. -----

J. A. Pacheco Brito Dias
Paulo Porteiro